

Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Alagoas - SEBRAE/AL
Balancos patrimoniais em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016

(Em milhares de Reais)



Ativo	Nota	30/06/2017	31/12/2016	Passivo	Nota	30/06/2017	31/12/2016
Ativo circulante				Passivo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	14.878	17.919	Benefícios a empregados de curto prazo e obrigações fiscais	12	671	929
Aplicações financeiras	5	1.683	1.572	Obrigações com convênios e contratos	13	541	674
Valores a receber	6	345	347	Contas a pagar a fornecedores e outros	14	749	3.168
Numerários vinculados a convênios e programa	7	9.159	447	Obrigações trabalhistas	15	2.047	2.855
Adiantamentos concedidos		725	506	Obrigações com o Sistema SEBRAE	8	9.431	3.315
Créditos com o Sistema SEBRAE	8	3.176	2.367	Total do passivo circulante		13.439	10.941
Transações com convênios a executar	9	1.919	1.797				
Outros créditos	10	771	885				
Total do ativo circulante		32.656	25.840				
Ativo não circulante				Passivo não circulante			
Depósitos judiciais	16	55	54	Provisões para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas	16	1.478	983
Imobilizado	11	13.099	13.143	Obrigações com o Sistema SEBRAE	8	101	293
Total do ativo não circulante		13.154	13.197	Total do passivo não circulante		1.579	1.276
				Total do passivo		15.018	12.217
				Patrimônio líquido			
				Superávits acumulados	17	23.153	19.126
				Ajustes de avaliação patrimonial		7.639	7.694
				Total do patrimônio líquido		30.792	26.820
Total do ativo		45.810	39.037	Total do passivo e patrimônio líquido		45.810	39.037

MARCOS ANTONIO DA ROCHA VIEIRA
DIRETOR SUPERINTENDENTE

RONALDO DE MORAES E SILVA
DIRETOR TÉCNICO

JOSÉ ROBERVAL CABRAL DA SILVA GOMES
DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Rosineide dos Santos Silva
ROSINEIDE DOS SANTOS SILVA
CONTADORA - CRC/AL - 006641/O-1

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Receitas		Balanco Orçamentário - Sebrae/AL										R\$ mil		
		Execução Período Anterior (a)		Ano Atual		Despesas	Execução Período Anterior (a)	Ano Atual		% (c/b)	Δ % (c/a)	Execução (c)		Δ % (c/a)
		Previsão Original (b)	Execução (c)	Previsão Original (b)	Execução (c)			Previsão Original (b)	Execução (c)			% (c/b)	Δ % (c/a)	
Receitas Correntes	24.172	22.979	37%	-5%	Despesas Correntes	18.918	62.809	18.734	30%	-1%				
Contribuição Social Ordinária-CSO	18.360	18.719	50%	2%	Pessoal, Encargos e Benefícios	9.432	22.591	9.764	43%	4%				
CSO - Saldo Exercício Anterior	72	-	0%	-100%	Serviços Profissionais e Contratados	6.439	28.229	5.352	0%	-17%				
Contribuição Social do Sebrae/NA-CSN	3.339	2.358	12%	-29%	Demais Despesas Operacionais	2.036	7.685	2.473	32%	21%				
Convênios (Parceiros + Sebrae/NA)	667	913	3%	-96%	Encargos Diversos	335	805	358	44%	7%				
Aplicações Financeiras	1.133	1.864	60%	-2%	Transferências	676	3.499	787	22%	16%				
Empresas Beneficiadas	549	2.503	26%	19%										
Outras Receitas	52	100	111%	113%										
Déficit Corrente					Superávit Corrente			4.245						
Receitas de Capital	-	9	0%	0%	Despesas de Capital	676	1.050	432	41%	-36%				
Alienação de Bens	-	9	0%	0%	Investimentos / Outros	126	339	85	25%	-33%				
Oper. Crédito / Receb. Empréstimos	-	-	0%	0%	Amortização de Empréstimos	550	711	347	49%	-37%				
Saldo de Exercícios Anteriores					Fundo de Reserva		2.043							
Receitas Totais	24.172	22.988	35%	-5%	Despesas Totais	19.594	65.902	19.166	29%	-2%				
Déficit Total					Superávit Total			3.822						
Total Geral	24.172	22.988	35%	-5%	Total Geral	19.594	65.902	22.988	35%	17%				

MARCOS ANTONIO DA ROCHA VIEIRA
DIRETOR SUPERINTENDENTE

RONALDO DE MORAES E SILVA
DIRETOR TÉCNICO

JOSÉ ROBERVAL CABRAL DA SILVA GOMES
DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Rosineide dos Santos Silva
ROSINEIDE DOS SANTOS SILVA
CONTADORA - CRC/AL - 006941/O-1

SEBRAE/AL - Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Alagoas

Demonstrações dos resultados

Períodos de três e seis meses findos em 30 de junho de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)



	Nota	1º/4/2017 a 30/06/2017	1º/4/2016 a 30/06/2016	1º/1/2017 a 30/06/2017	1º/1/2016 a 30/06/2016
Receitas					
Receitas com Contribuição Social (CSO e CSN)	8d, 18	11.434	11.955	21.077	21.770
Receitas de empresas beneficiadas	19	445	464	652	549
Receitas de convênios, subvenções e auxílios financeiros	20	18	234	27	667
Outras receitas operacionais	21	347	997	687	1.291
Total das receitas		12.244	13.650	22.443	24.277
Despesas					
Despesas com pessoal, encargos e benefícios sociais	22	(4.984)	(4.864)	(9.764)	(9.432)
Despesas com serviços profissionais e contratados	23	(3.523)	(4.429)	(5.352)	(6.439)
Custos e despesas com operacionalização	24	(1.607)	(1.310)	(2.473)	(2.036)
Encargos diversos		(186)	(194)	(273)	(264)
Despesas com programas e convênios	25	(191)	(391)	(621)	(650)
Despesas com provisões		(516)	120	(621)	(64)
Despesas com depreciação e amortização		(178)	(174)	(362)	(345)
Outras		(9)	(154)	(59)	(178)
Total das despesas		(11.194)	(11.396)	(19.525)	(19.408)
Superávit antes do resultado financeiro líquido		1.050	2.254	2.918	4.869
Receitas financeiras	26	572	642	1.111	1.133
Despesas financeiras	26	(44)	(25)	(57)	(39)
Resultado financeiro líquidos		528	617	1.054	1.094
Resultado do período		1.578	2.871	3.972	5.963

MARCOS ANTONIO DA ROCHA VIEIRA
DIRETOR SUPERINTENDENTE

RONALDO DE MORAES E SILVA
DIRETOR TÉCNICO

JOSÉ ROBERVAL CABRAL DA SILVA GOMES
DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Rosineide dos Santos Silva
ROSINEIDE DOS SANTOS SILVA
CONTADORA - CRC/AL - 006941/O-1

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Alagoas - SEBRAE/AL

Demonstrações dos fluxos de caixa

Períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2017 e 2016



(Em milhares de Reais)

	30/06/2017	30/06/2016
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Resultado do exercício	3.972	5.963
Ajustes para:		
Depreciação e amortização	362	345
Resultado na venda/baixa/recálculo da depreciação do ativo imobilizado	(223)	-
Provisões para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas	485	151
Provisão para imposto de renda sobre aplicação financeira	29	31
Reversão de provisão de causas trabalhistas	(10)	(1.042)
Reversão de provisão para remuneração variável	(245)	(286)
	4.370	5.162
Redução (aumento) nos ativos		
Valores a receber	2	(6)
Numerários vinculados a convênios e programas	(8.712)	(4.459)
Adiantamentos concedidos	(218)	(138)
Créditos com o Sistema SEBRAE	(809)	(937)
Transações com convênios a executar	(121)	(13)
Outros créditos	114	(161)
Depósitos judiciais	(2)	(10)
Subtotal	(9.746)	(5.724)
Aumento (redução) nos passivos		
Benefícios a empregados de curto prazo e obrigações fiscais	(257)	(349)
Obrigações com convênios e contratos	(133)	(128)
Contas a pagar a fornecedores e outros	(2.420)	(3.466)
Obrigações trabalhistas	(563)	(510)
Obrigações com o Sistema SEBRAE	6.271	4.067
Subtotal	2.898	(386)
Caixa gerado pelas atividades operacionais	(2.478)	(948)
Juros pagos	(22)	(45)
Caixa gerado pelas atividades operacionais	(2.500)	(993)
Fluxo de caixa de atividades de investimento		
Adições nas aplicações financeiras	(140)	(147)
Adições ao ativo imobilizado	(85)	(109)
Venda de imobilizado	9	-
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimento	(216)	(256)
Fluxo de caixa das atividades de Financiamento		
Amortização de operações com SEBRAE Nacional	(325)	(506)
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento	(325)	(506)
Aumento (redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa	(3.041)	(1.755)
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	17.919	13.648
Caixa e equivalentes de caixa em 30 de junho	14.878	11.893

MARCOS ANTONIO DA ROCHA VIEIRA
DIRETOR SUPERINTENDENTE

RONALDO DE MORAES E SILVA
DIRETOR TÉCNICO

JOSÉ ROBERVAL CABRAL DA SILVA GOMES
DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

ROSINEIDE DOS SANTOS SILVA
CONTADORA - CRC/AL - 006941/O-1

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Alagoas - SEBRAE/AL

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)



	Superávits acumulados	Ajustes de avaliação patrimonial	Total do patrimônio líquido
Saldo em 1º de janeiro de 2016	11.720	7.781	19.501
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	43	(43)	-
Superávit (déficit) do período	5.963	-	5.963
Saldo em 30 de junho de 2016	17.726	7.738	25.464
Saldo em 1º de janeiro de 2017	19.126	7.694	26.820
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	55	(55)	-
Superávit (déficit) do período	3.972	-	3.972
Saldo em 30 de junho de 2017	23.153	7.639	30.792

MARCOS ANTONIO DA ROCHA VIEIRA
DIRETOR SUPERINTENDENTE

RONALDO DE MORAES E SILVA
DIRETOR TÉCNICO

JOSÉ ROBERVAL CABRAL DA SILVA GOMES
DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Rosineide dos Santos Silva
ROSINEIDE DOS SANTOS SILVA
CONTADORA - CRC/AL - 006941/O-1

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

O Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Alagoas ("SEBRAE/AL" ou "Entidade") é uma entidade associativa de direito privado, sem fins lucrativos, instituída sob a forma de serviço social autônomo, regulada por estatuto, tendo por objetivo fomentar o desenvolvimento sustentável, a competitividade e o aperfeiçoamento técnico das microempresas e das empresas de pequeno porte industriais, comerciais, agrícolas e de serviços, notadamente nos campos da economia, administração, finanças e legislação; da facilitação do acesso ao crédito; da capitalização e fortalecimento do mercado secundário de títulos de capitalização daquelas empresas; da ciência, tecnologia e meio ambiente; da capacitação gerencial e da assistência social, em consonância com as políticas nacionais de desenvolvimento. A Sede da Entidade está localizada à Rua Dr. Marinho de Gusmão, nº 46, Centro, Maceió, Alagoas.

O âmbito de atuação do SEBRAE/AL constitui-se no apoio às micro e pequenas empresas do Estado de Alagoas, com vistas à melhoria do seu resultado e ao fortalecimento do seu papel social.

O SEBRAE/AL recebe recursos oriundos do SEBRAE/Nacional que é o responsável pelos repasses de recursos aos Estados e Distrito Federal para manutenção de suas atividades e projetos, conforme a Lei nº 8.154, de 28 de dezembro de 1990, mediante contribuição parafiscal das empresas privadas instaladas no País. Para manutenção de suas atividades poderá, eventualmente, promover a venda de produtos e a prestação de serviços ligados aos seus objetivos, sendo os resultados auferidos aplicados integralmente na manutenção das atividades. As unidades do Sistema SEBRAE dos Estados e do Distrito Federal têm autonomia financeira, administrativa e contábil, sendo constituídas como entidades juridicamente autônomas.

A Entidade tem como associados:

SEBRAE Nacional e demais SEBRAE's dos outros estados da federação;

Federação do Comércio do Estado de Alagoas - FECOMÉRCIO;

Federação das Indústrias do Estado de Alagoas - FIEA;

Federação das Associações Comerciais do Estado de Alagoas - FEDERALAGOAS;

Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Alagoas - FAEAL;

Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas de Alagoas - FCDL;

Banco do Nordeste do Brasil S.A. - BNB;

Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE;

Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico e Turismo - SEDETUR

Universidade Federal de Alagoas - UFAL;

Banco do Brasil - BB;

Caixa Econômica Federal - CEF;

Instituto Euvaldo Lodi - IEL;

Cooperativa de Colonização Agropecuária e Industrial Pindorama Ltda.; e

Associação de Microcrédito e Desenvolvimento Sócio Econômico de Alagoas - AMICRED.

O SEBRAE/AL é uma entidade isenta do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (Lei nº 9.532/97, art. 15 § 1º), por ser uma instituição sem fins lucrativos que presta serviços sociais autônomos para os quais foi instituída. Considera-se Entidade sem fins lucrativos a que não apresente superávit em suas contas ou, caso o apresente em determinado exercício, destine o referido resultado, integralmente, à manutenção e ao desenvolvimento dos seus objetivos sociais (art. 15, § 3º, alterado pela Lei nº 9.718/98, art. 10).

Estará fora do alcance da tributação somente o resultado relacionado com as finalidades essenciais das entidades sem fins lucrativos. Assim, os rendimentos e os ganhos de capital auferidos em aplicações financeiras de rendas fixa e variável não são abrangidos pela isenção (Lei nº 9.532/97, art. 12 § 2º e art. 15 § 2º).

Com relação à tributação da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins, o inciso X do art. 14 e o inciso VI do art. 13, ambos da Medida Provisória nº 2.158-35/2001 determinam que as receitas da atividade própria são isentas para serviços sociais autônomos, criados ou autorizados por lei.

A Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), por meio do art. 47 da Instrução Normativa da nº 247/2002, definiu o conceito de receitas da atividade própria, como sendo as derivadas das atividades próprias somente aquelas decorrentes de contribuições, doações, anuidades ou mensalidades fixadas por lei, assembleia ou estatuto, recebidas de associados ou mantenedores, sem caráter contraprestacional direto, destinadas ao seu custeio e ao desenvolvimento dos seus objetivos sociais.

Além de parecer do tributarista Dr. Roque Carrazza, que concluiu estar o SEBRAE sob a égide constitucional da imunidade tributária, a 13ª. Vara Federal de Porto Alegre, em resposta a uma ação ordinária impetrada por uma unidade regional integrante do Sistema SEBRAE, expediu despacho/decisão de 1ª. instância, de que o art. 47 da referida IN é ilegal, e, portanto, não restringe a isenção da Cofins de que trata a MP nº 2.158-35/2001. Essa decisão do Poder Judiciário Federal encontra-se atualmente vigente até a data de conclusão destas demonstrações financeiras intermediária.

Mesmo que a decisão judicial despachada conforme acima venha a não se perpetuar ao longo do trâmite judicial nas instâncias superiores, esta administração entende que a Entidade se enquadraria no regime não-cumulativo, segundo o disposto no art. 1º da Lei nº 10.833/2003. De acordo com esse regime, nenhuma obrigação seria devida pela Entidade considerando que os gastos diretos aplicados aos projetos superam as respectivas receitas de serviços.

O SEBRAE/AL faz o recolhimento do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN sobre as receitas de empresas beneficiadas auferidas, de acordo com lei complementar nº 116, de 31 de julho de 2003 e decreto nº 25.508 de 19 de janeiro de 2005 que define as notas fiscais de serviços, regulamenta a forma e prazo de recolhimento e, especificamente para os escritórios nos municípios de Penedo e Delmiro Gouveia.

Em virtude da decisão judicial emanada da Secretaria de Administração e Finanças dos Municípios de Maceió e Arapiraca, estão imunes desse imposto, os escritórios da sede localizado na rua Dr. Marinho de Gusmão, 46 – Centro, e o escritório Regional de Arapiraca, conforme Ofícios SMF 171/2003 e SMEF 133/2013, respectivamente.

2 Base de apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Declaração de conformidade e base de mensuração

Estas demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os Pronunciamentos Técnicos (coletivamente "CPCs") emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Estas demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Entidade. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.2 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a revisão da vida útil sobre o ativo imobilizado (Nota Explicativa nº 11), provisões para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas (Nota Explicativa nº 16) e os ativos, passivos e premissas de aposentadoria e demais benefícios de risco relativos a planos de benefícios pós-emprego (Nota Explicativa nº 27).

Estimativas e premissas são revistas de forma contínua, pelo menos anualmente. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão descritas a seguir:

a. *Premissas de cálculos atuariais sobre o plano de benefícios de risco pós-emprego*

O valor atual de obrigações de benefícios de risco a empregados depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para o plano, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações do plano.

A Entidade determina a taxa de desconto apropriada ao final de cada exercício. Esta é a taxa de juros que deveria ser usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações do plano. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, a Entidade considera as taxas de juros de títulos privados de alta qualidade, sendo estes mantidos na moeda em que os benefícios serão pagos e que têm prazos de vencimento próximos aos prazos das respectivas obrigações de planos de pensão.

Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão se baseiam, em parte, em condições atuais do mercado. (Informações adicionais estão divulgadas na Nota Explicativa nº 27).

b. *Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas*

A Entidade reconhece provisão para causas cíveis, trabalhistas e fiscais. A avaliação da probabilidade de perda inclui as evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados internos e externos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Entidade revisa suas estimativas e premissas em bases mensais. (Nota Explicativa nº 16).

c. *Depreciação de ativos tangíveis*

A depreciação é calculada pelo método linear, a taxas anuais que variam entre 1% a 25%, levando em consideração a vida útil estimada dos bens.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis (Nota Explicativa nº 11).

3 Principais práticas contábeis

As principais políticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras estão definidas abaixo. As políticas foram aplicadas de forma consistente com todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, a menos quando divulgado de forma diversa.

a. Reconhecimento das receitas e despesas

As receitas e despesas são contabilizadas pelo regime de competência.

As receitas de Contribuição Social Ordinária - CSO são relacionadas com as transferências periódicas do SEBRAE Nacional para a Entidade, cujo registro é efetuado a partir do momento em que o direito ocorre. Essas receitas são relacionadas às transferências sistêmicas e periódicas da Secretaria da Receita Federal do Brasil - SRFB originadas do Instituto Nacional da Seguridade Social - INSS (Lei nº 8.154 de 28 de dezembro de 1990 - contribuição parafiscal das empresas privadas instaladas no país) ao SEBRAE Nacional, que por sua vez repassa os recursos às Unidades regionais do Sistema SEBRAE.

As receitas de Contribuição Social Nacional - CSN são relacionadas com a execução dos projetos eleitos para o exercício e apropriada a partir da execução dos projetos (Nota Explicativa nº 18).

As receitas de convênio com parceiros são apropriadas de acordo com a execução das despesas correlatas aos respectivos convênios de origem (Nota Explicativa nº 20).

As receitas de empresas beneficiadas são reconhecidas quando da efetiva prestação do serviço (Nota Explicativa nº 19).

b. Instrumentos financeiros não derivativos

(i) Ativos financeiros não derivativos

A Entidade reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados.

Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação, que é a data na qual a Entidade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Entidade classifica os seus ativos financeiros não derivativos como valores a receber, numerários vinculados a convênios e programas, adiantamentos concedidos, créditos com o sistema SEBRAE, transações com convênios a executar e outros créditos.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo. Numerários vinculados a convênios e programas não compõem este grupo contábil. (Nota Explicativa nº 4).

(ii) Passivos financeiros não derivativos

Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Entidade se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Entidade baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida.

A Entidade classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

A Entidade tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: obrigações com convênio e contratos, contas a pagar a fornecedores e outros, e obrigações com o sistema SEBRAE.

Contas a pagar a fornecedores e outros

As contas a pagar a fornecedores e outros são obrigações a pagar por bens e serviços que foram adquiridos no curso normal de suas atividades estatutárias e são classificadas como passivo circulante se o pagamento for devido no curso normal, por até 12 meses. Após esse período, são apresentadas no passivo não circulante. Os montantes são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e subsequentemente, se necessário, mensurado pelo custo amortizado com o método de taxa efetiva de juros. (Nota Explicativa nº 14).

(iii) Perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

c. Classificação entre circulante e não circulante

Os direitos realizáveis e as obrigações vencíveis após os 12 meses subsequentes à data das demonstrações financeiras são considerados como não circulantes.

d. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo e o passivo correspondente, quando aplicável, é reconhecido como provisões no passivo. (Nota Explicativa nº 11)

(ii) Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Entidade. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado quando incorridos.

(iii) Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada dos bens. Terrenos não são depreciados.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

A média das vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo estão apresentados na nota 11.

e. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (Impairment)

Os ativos não financeiros, incluindo o ativo imobilizado, são revistos para se identificar perdas não recuperáveis sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando aplicável, a perda é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no nível mais baixo para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente. (Nota Explicativa nº11).

f. Provisões

As provisões são reconhecidas apenas quando existe uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de evento passado, seja provável que para a solução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação passa a ser razoavelmente estimado. As provisões são constituídas, revistas e ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa nas datas das demonstrações. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos necessários para liquidar uma obrigação, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, contingências ativas e contingências passivas são efetuados, de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 25 e consideram as premissas definidas pela Administração da Entidade e seus assessores jurídicos. (Nota Explicativa nº 16)

g. Benefícios a empregados

Benefícios de curto prazo

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de remuneração em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Entidade tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. (Nota Explicativa nº 12)

Benefícios pós-emprego

A Entidade é uma das patrocinadoras solidárias do plano de benefícios SEBRAEPREV, administrado e executado pelo SEBRAE Previdência - Instituto SEBRAE de Seguridade Social. O plano possui características de contribuição definida cujos percentuais são baseados na folha de pagamento, sendo essas contribuições levadas ao resultado quando incorridas, exceto pelo risco vinculado à projeção de contribuições em caso de invalidez ou morte. Essa parcela de risco gera a obrigação atuarial de benefício pós-emprego sob a qual a Entidade reconhece uma despesa de benefícios a empregados no resultado de cada exercício durante a carreira ativa de sua população.

Para apurar o valor da obrigação atuarial relativo aos benefícios de risco, o SEBRAE/NA contrata anualmente um atuário qualificado. (Nota Explicativa nº 27).

4 Caixa e equivalentes de caixa

São disponibilidades imediatas em caixa, contas-correntes bancárias e aplicações financeiras, cuja posição, em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016, se encontra a seguir descrita:

	30/06/2017	31/12/2016
Caixa - fundo fixo (i)	10	10
Banco conta movimento (i)	71	45
Aplicações financeiras de liquidez imediata (ii)	14.797	17.864
Total	14.878	17.919

(i) São disponibilidades imediatas em contas-correntes bancárias, cuja posição, em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016, conforme demonstrado a seguir:

	30/06/2017	31/12/2016
Banco do Brasil	28	3
Caixa Econômica Federal	9	5
Banco do Nordeste	34	37
Total	71	45

(ii) São aplicações financeiras, com disponibilidades imediatas que atendem aos requisitos de caixa e equivalentes de caixa, destinados à manutenção operacional e administrativa da entidade, cuja posição, em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016, conforme demonstrado a seguir:

Aplicações Financeiras	Modalidade do fundo	30/06/2017	31/12/2016
Banco do Brasil (ii)	BB Milênio 10	19.869	14.168
Caixa Econômica Federal (ii)	FIF Caixa	3.907	3.726
Provisão para IRRF (iii)		(27)	(30)
Total		23.749	17.864
Aplicação conta vinculada CSN (iv)		(8.952)	-
Total		14.797	17.864

- (iii) Refere-se à estimativa da provisão de imposto de renda na fonte sobre os rendimentos das aplicações financeiras.
- (iv) Os recursos vinculados a CSN foram segregados da rubrica "Caixa e equivalente de caixa", por não representarem recursos de livre movimentação, conforme descritivo na nota explicativa nº 7.

Demonstração dos rendimentos das quotas

Bancos	Total de cotas do fundo em 30/06/2017	Cotas SEBRAE/AL	Representatividade de SEBRAE/AL no FI (%)	Valor unitário da cota 30/06/2017	Fundo exclusivo	Tipo	Valor contábil em 30/06/2017
Banco do Brasil	279.379.887	1.302.860	0,4663	8,378878	Não	Renda Fixa	10.895
Caixa Econômica Federal	196.883.185	472.015	0,2397	8,277656	Não	Renda Fixa	3.902
							14.797

5 Aplicações financeiras

Aplicações Financeiras	Modalidade do fundo	30/06/2017	31/12/2016
Banco do Nordeste (i)	BNB FI DI Especial F	1.685	1.575
Provisão para IRRF (ii)		(2)	(3)
Total		1.683	1.572

- (i) Todas as aplicações financeiras são classificadas como instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado. As aplicações em fundos são atualizadas com base na cota divulgada em cada mês. O valor justo dos ativos é igual ao valor contábil registrado.
- (ii) Refere-se à estimativa da provisão de imposto de renda na fonte sobre os rendimentos das aplicações financeiras.

Demonstração dos rendimentos das quotas

Bancos	Total de cotas do fundo em 30/06/2017	Cotas SEBRAE/AL	Representatividade de SEBRAE/ AL no FI (%)	Valor unitário da cota 30/06/2017	Fundo exclusivo	Tipo	Valor contábil em 30/06/2017
Banco do Nordeste	46.187.533	150.109	0,3250	11,224747	Não	Renda Fixa	1.683
							1.683

6 Valores a receber

	30/06/2017	31/12/2016
Créditos a receber (i)	9	29
Cheques e cartão (ii)	336	318
Total	345	347

- (i) Créditos referentes às operações de prestação de serviços de cursos, consultorias, palestras, elaboração de projetos e realização de feiras e eventos.
- (ii) Refere-se a cheques e cartão com possibilidades de recebimentos com processos iniciados oriundos de prestação de serviços de cursos, consultorias, palestras, elaboração de projetos e realização de feiras e eventos.

7 Numerários vinculados a convênios e programas

Os valores reservados aos convênios e programas sob execução do SEBRAE/AL são apresentados separadamente da rubrica "Caixa e Equivalentes de Caixa", pois não constituem disponibilidade para a manutenção dos processos administrativos e operacionais da Entidade, conforme pronunciamento técnico CPC 03.

	30/06/2017	31/12/2016
Contas correntes convênios- Banco do Brasil (i)	4	2
Aplicações financeiras convênios - Banco do Brasil (i)	203	445
Aplicações financeiras CSN - Banco do Brasil (ii)	8.952	-
Total	9.159	447

Demonstração dos rendimentos das quotas

Bancos	Total de cotas do fundo em 30/06/2017	Cotas SEBRAE/AL	Representatividade de SEBRAE/ AL no FI (%)	Valor unitário da cota 30/06/2017	Fundo exclusivo	Tipo	Valor contábil em 30/06/2017
Banco do Brasil - Convênios	279.379.887	24.271	0,0087	8,378878	Não	Renda Fixa	203
Banco do Brasil - CSN	279.379.887	1.068.372	0,3824	8,378878	Não	Renda Fixa	8.952
							9.155

- (i) Os saldos das contas vinculadas a convênios compreendem a soma dos aportes financeiros de parceiros e a contrapartida do próprio SEBRAE/AL. A utilização de conta única para movimentação e aporte financeiro está prevista em contrato. As obrigações com parceiros em face dos depósitos recebidos são registradas na rubrica "Obrigações com Convênios e Contratos", detalhados na Nota Explicativa nº 13.
- (ii) O saldo da conta vinculada a CSN é proveniente de recursos recebidos do SEBRAE/NA destinados a chamadas públicas de projetos, projetos especiais e nacionais e programas nacionais, sendo baixado mensalmente ao longo do exercício de acordo com as despesas executadas em cada projeto, registrado na rubrica "Transações do sistema SEBRAE", detalhados na Nota Explicativa nº 8.(b)

8 Transações com partes relacionadas

São definidos como partes relacionadas os seguintes entes:

Quaisquer entidades integrantes do Sistema SEBRAE

Pessoal chave da Administração

Fundo de Previdência Privada (SEBRAEPREV)

As transações com as partes relacionadas estão resumidas conforme a seguir:

Transações com o Sistema SEBRAE

a. Créditos com o sistema SEBRAE

Nesta rubrica são registrados créditos a receber do SEBRAE/NA, relativo aos recursos de "Contribuições Sociais Ordinárias – CSO" e "Contribuições Sociais Nacionais – CSN".

	30/06/2017	31/12/2016
Recursos de CSN a receber (i)	126	185
Recursos de CSO a receber (ii)	<u>3.050</u>	<u>2.182</u>
Total	<u>3.176</u>	<u>2.367</u>

- (i) É registrado nesta rubrica o reconhecimento da contrapartida de receita com CSN à medida que as correspondentes despesas são incorridas, conforme o que prevê a IN 37 Versão 20:

13.5.2.1 A incorporação da CSN no cenário de recursos autoriza o SEBRAE/UF a executar as iniciativas. A execução, com base no relatório do SME de acompanhamento da CSN, configura direito do SEBRAE/UF, desde que o SEBRAE/UF tenha cumprido e registrado nos sistemas de acompanhamento as metas pactuadas com o SEBRAE/NA.

- (ii) Nesta rubrica são contabilizadas as transferências periódicas do SEBRAE/NA para o SEBRAE/AL, incorrendo em registro na conta de direito junto ao SEBRAE/NA, conforme cronograma mensal da Receita Federal do Brasil – RFB.

Assim, estas demonstrações financeiras contemplam o registro no ativo circulante (Transações com o Sistema SEBRAE) do valor total de R\$ 3.176, sendo que a liquidação financeira ocorrerá nos meses subsequentes.

b. Obrigações com o sistema SEBRAE

Nesta rubrica são registradas as obrigações com o SEBRAE/NA, relativo aos recursos de "Contribuições Sociais Nacionais – CSN", recebidos e ainda não aplicados nos projetos específicos a que se destinam e os adiantamentos a título de programa de imobilizações, e programa de desligamento incentivado para funcionários.

	30/06/2017	31/12/2016
CSN a devolver (i)	-	2.702
CSN a comprovar (ii)	8.952	-
Adiantamentos do SEBRAE/NA (iii)	581	906
Total	9.533	3.608
Circulante	9.431	3.315
Não circulante	101	293
Total	9.532	3.608

- (i) Por ocasião do encerramento do exercício, conforme prevê a IN 37, o valor da CSN não utilizado será devolvido ao SEBRAE/NA. O registro mensal da receita CSN é feito com base nas informações do relatório de transferência do Sistema de Monitoramento Estratégico (SME). Ao final do exercício os acertos contábeis no SEBRAE/AL e no SEBRAE/NA deverão manter o equilíbrio entre os registros de direito e obrigação entre as partes. As informações do relatório de transferência de CSN do SME serão utilizadas como única fonte de informação para o acerto final do exercício.
- (ii) Nesta rubrica são registradas as obrigações com o SEBRAE/NA, relativas aos recursos de "Contribuições Sociais Nacionais - CSN", recebidos e ainda não aplicados nos projetos específicos a que se destinam. São recursos recebidos do SEBRAE/NA, destinados a chamadas públicas de projetos, projetos especiais e nacionais e programas nacionais, sendo baixados mensalmente ao longo do exercício de acordo com as despesas executadas em cada projeto.
- (iii) Estão contabilizados ainda nesta rubrica, os adiantamentos recebidos através do SEBRAE/NA para fazer face aos programas de imobilizações com vistas à aquisição de imóvel para ampliação das instalações da sede do SEBRAE/AL e aquisição de licença Microsoft.

Em 30 de junho de 2017, a entidade apresenta saldo de empréstimos com o sistema Sebrae no montante de R\$ 581 e em 2016: R\$ 906, correspondente aos programas de imobilizações com vistas à aquisição de imóvel para ampliação das instalações da sede do SEBRAE/AL e aquisição de licença Microsoft.

	30/06/2017	31/12/2016
Saldo inicial	906	1.908
Captação	-	-
Juros incorridos	22	76
Pagamentos principal/juros	(347)	(1.078)
Saldo Final	581	906
Circulante	480	613
Não Circulante	101	293

Termos e condições

Contrato	Data	Modalidade	Moeda	Indexador	Taxa	Ano vencido.	2017	2016
365/2013	09/09/2013	Mútuo com SEBRAE Nacional	R\$	TJLP	6,5% a.a.	set/18	507	684
538/2014	out/15	Mútuo com SEBRAE Nacional	R\$	-	-	set/17	74	222
Total							581	906

O Sebrae Alagoas celebrou empréstimos com o Sebrae Nacional, conforme descritos a seguir:

Contrato 365/13, no montante de R\$ 1.600 em 09 de setembro de 2013, com vistas a aquisição de imóvel para ampliação das instalações da sede do Sebrae Alagoas, liberado em uma única parcela. 120 (cento e vinte) dias após o desembolso do empréstimo, o Sebrae Alagoas deverá encaminhar ao Sebrae Nacional, o comprovante da compra do registro do imóvel. O valor contratado será pago em 60 parcelas, corrigidos pela variação da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, com vencimento da primeira parcela em outubro de 2013 e da última em setembro de 2018, com comprometimento anual máximo da receita advinda da contribuição social ordinária de até 1,04%.

Contrato de adesão 538/2014 - O SEBRAE/NA realizou a compra de licenças Microsoft objetivando atender todo o Sistema SEBRAE. O valor do SEBRAE/AL foi de R\$ 594 descontado em 24 parcelas fixas através da CSO, com vencimento da primeira parcela em outubro de 2015 e da última em setembro de 2017.

c. Cronograma de amortização da dívida

	30/06/2017		31/12/2016	
	Valor	%	Valor	%
2017	277	48%	613	68%
2018	304	52%	293	32%
Total	581	100%	906	100%

d. Quebra de cláusulas contratuais (covenants)

O contrato contém cláusula que estabelece que a não aplicação do recurso liberado pelo Sebrae Nacional, será motivo de rescisão, e os valores remanescentes em débitos serão descontados, de uma só vez, da primeira transferência ordinária a que tenha direito e que se seguir à inadimplência.

e. Transações de resultado - Receitas

	1º/4/2017 a 30/06/2017	1º/4/2016 a 30/06/2016	1º/1/2017 a 30/06/2017	1º/1/2016 a 30/06/2016
Contribuição Social Ordinária (CSO)	9.345	9.610	18.719	18.359
Contribuição Social Ordinária (CSO) - Saldo	-	37	-	72
Contribuição Social Nacional (CSN)	2.089	2.308	2.358	3.339
Total	11.434	11.955	21.077	21.770

As transações que afetam o resultado correspondem às contribuições sociais, conforme distribuição definida pelo SEBRAE/NA.

f. Operações com pessoal-chave da Administração

Empréstimos para diretores

A Entidade não concede empréstimos a diretores e a outros dirigentes.

Remuneração de pessoal-chave da Administração

Contemplam os membros do Conselho Deliberativo, Fiscal e Diretoria Executiva. De acordo com o art.9º., inciso VII do Estatuto Social do SEBRAE Nacional e Art. 6º. do Estatuto Social do SEBRAE/AL é princípio sistêmico a não remuneração dos membros dos Conselhos Deliberativos e Fiscal. É competência dos Conselhos Deliberativo Nacional - CDN e Estadual - CDE a definição de remuneração e benefícios da Diretoria Executiva.

A seguir, quadro demonstrativo com valores acumulados de remuneração do pessoal chave da Administração:

Descrição	1º/4/2017 a 30/06/2017	1º/4/2016 a 30/06/2016	1º/1/2017 a 30/06/2017	1º/1/2016 a 30/06/2016
Remuneração	(338)	(287)	(668)	(625)
Benefícios	(33)	(45)	(62)	(89)
Total	(371)	(332)	(730)	(714)

9 Transações com convênios a executar

Parceiros	Convênio	30/06/2017	31/12/2016
SENAI	20/10	312	312
RMAL	01/14	208	208
FEDERALAGOAS	05/15	206	173
SINDIPAN	09/15	176	176
SINDUSCON	08/15	179	179
SENAR	01/15	141	141
SINDICER	09/14	-	108
FAPEC	04/14	-	84
FEJAL	05/14	-	40
UFAL	12/14	64	64
SENAR	10/15	29	29
IEL	01/16	53	100
MOVIMENTO ALAGOAS COMPETITIVA	02/16	-	110
UFAL	04/16	43	43
SINDICER	05/16	184	30
FIEA	01/17	234	-
SENAR	02/17	90	-
Total		1.919	1.797

Referem-se a recursos de convênios repassados as entidades parceiras que ainda não foram executados.

10 Outros créditos

Esse grupo de contas representa os valores a receber de convênios com outras Entidades; depósitos de cauções recebidos em garantia de contratos de fornecedores decorrentes de processos licitatórios; pagamentos contratados em determinado período serão apropriados como despesas nos meses subsequentes (prêmios de seguros, IPTU, IPVA), bem como os ressarcimentos de assistência médica de funcionários afastados.

	30/06/2017	31/12/2016
Convênios a receber de outras entidades	669	759
Depósitos restituíveis e valores vinculados	66	82
Despesas pagas antecipadamente	30	36
Outros créditos	6	8
Total	771	885

11 Ativo Imobilizado

A seguir a movimentação do ativo imobilizado no período:

	Taxa anual de depreciação	Saldo em 31/12/2016	Aquisições	Baixas	Saldo em 30/06/2017
Custo contábil					
Terreno	-	5.165	-	-	5.165
Edificações	4%	8.048	-	-	8.048
Móveis e utensílios	7,94%	990	48	-	1.038
Veículos e acessórios	20% e 25%	739	-	(100)	639
Máquinas e equipamentos	7,27%	1.646	19	-	1.665
Equipamentos de informática	24,78%	2.972	18	-	2.990
Instalações	10%	611	-	-	611
Bens de terceiros	4% e 15%	529	-	-	529
				-	
Total do custo		20.700	85	(100)	20.685
Total da depreciação acumulada		(7.557)	(388)	359	(7.586)
Total líquido		13.143	(303)	259	13.099

12 Benefícios a empregados de curto prazo e obrigações fiscais

As obrigações correspondem a saldos em aberto a pagar decorrentes de benefícios aos empregados:

	30/06/2017	31/12/2016
Obrigações fiscais a recolher	252	508
Encargos sociais a recolher	410	408
Consignações da folha de pagamento	9	13
Total	671	929

13 Obrigações com convênios e contratos

Refere-se a saldos de recursos resultantes de convênios, ainda não utilizados, conforme demonstrativo abaixo:

	30/06/2017	31/12/2016
Convênio SEPLANDE/PAPL 01/2013	207	207
Convênio SEAGRI 06/2013	-	167
Convênio SEBRAE/SINDIPAN	84	84
Convênio SINDUSCON	45	44
Convênio SEPLANDE/FIEA 06/2012	185	152
Convênio SEBRAE/BRASKEN	20	20
Total	541	674

Os valores a comprovar referem-se a recursos recebidos de parceiros nos respectivos convênios que serão utilizados na execução de projetos. Após a execução e comprovação dos gastos efetuados, esses montantes serão apropriados ao resultado como receitas de convênios e subvenções.

14 Contas a pagar a fornecedores e outros

A seguir, apresentamos saldo de contas a pagar a fornecedores de materiais e serviços e outras obrigações:

	30/06/2017	31/12/2016
Fornecedores (i)	683	3.086
Outras obrigações (ii)	66	82
Total	749	3.168

- (i) Referem-se, substancialmente, a obrigações contratadas junto a fornecedores de materiais e serviços para manutenção das atividades da Entidade.
- (ii) Referem-se, substancialmente a depósitos e cauções e adiantamentos de clientes.

15 Obrigações trabalhistas

Registrar os valores constituídos de obrigações referentes ao 13º salário, férias, encargos sociais s/13º salário e férias e outros.

	30/06/2017	31/12/2016
Férias e encargos (i)	1.510	1.917
13º Salário e Encargos	537	-
Remuneração variável (ii)	-	938
Total	2.047	2.855

- (i) Corresponde às provisões de férias e os respectivos encargos sociais pertinentes, constituídas em função dos direitos adquiridos pelo quadro de pessoal até a data do balanço.
- (ii) A remuneração variável 2016 tem como base o desempenho geral do SEBRAE/AL, da equipe e individual, conforme SGP 7.0 aprovado pelo CDE em agosto de 2014 que regulamenta seus percentuais para pagamento.

16 Provisões para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas

A seguir demonstramos a composição das obrigações, por natureza, relacionadas aos processos judiciais e administrativos classificados pela assessoria interna do SEBRAE/AL como risco "provável" de perda:

	Depósitos judiciais		Provisão	
	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	31/12/2016
Riscos trabalhistas	55	54	1.404	904
Riscos cíveis	-	-	74	79
Total	55	54	1.478	983

A movimentação do saldo da conta de provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas nos exercícios findos em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016 foi a seguinte:

	30/06/2017	31/12/2016
Saldo inicial	983	1.741
Reversão da provisão	(10)	(1.042)
Incremento da provisão	505	284
Saldo final	1.478	983

As provisões foram constituídas com base no parecer da assessoria jurídica do SEBRAE/AL.

No período analisado a Entidade apresentou reversão referente a reclamações trabalhistas no montante de R\$ 10, devido à mudança de exposição de processos desta natureza de probabilidade provável para remota, com base em avaliação de assessores jurídicos do SEBRAE/AL.

17 Patrimônio líquido

a. Composição do patrimônio líquido

O patrimônio líquido é representado pelos superávits / (déficits) acumulados, pelo saldo de reserva de reavaliação, bem como pelo saldo de ajuste de avaliação patrimonial representado pela mais valia do custo atribuído dos bens do ativo imobilizado quando da adoção inicial do Pronunciamento Técnico CPC 27, sendo este realizado de acordo com a depreciação dos bens de origem.

b. Superávits acumulados

Refere-se aos resultados apurados em exercícios anteriores.

c. Superávit (déficit) do exercício

Representa o resultado auferido no exercício social corrente. Após deliberação pela Administração, esses valores são absorvidos pelo patrimônio social da entidade.

18 Receitas com contribuição social (CSO e CSN)

	1º/4/2017 a 30/06/2017	1º/4/2016 a 30/06/2016	1º/1/2017 a 30/06/2017	1º/1/2016 a 30/06/2016
Contribuição Social Ordinária (CSO) (i)	9.345	9.610	18.719	18.359
Contribuição Social Ordinária (CSO) – Saldo (ii)	-	37	-	72
Contribuição Social Nacional (CSN) (iii)	2.089	2.308	2.358	3.339
Total	11.434	11.955	21.077	21.770

- (i) **Contribuição Social Ordinária - CSO**
São registradas as contribuições sociais ordinárias, conforme distribuição definida pelo SEBRAE/NA, com base na arrecadação da Receita Federal do Brasil – RFB.
- (ii) **Contribuição Social Ordinária - Saldo (CSO saldo)**
São alocadas as receitas incorporadas na programação do exercício oriundas de saldos orçamentários de exercícios anteriores.
- (iii) **Contribuição Social Nacional (CSN)**
São recursos recebidos do SEBRAE/NA, destinados a chamadas públicas de projetos, projetos especiais e nacionais e programas nacionais, sendo baixados mensalmente ao longo do exercício de acordo com as despesas executadas em cada projeto. Dessa forma, o reconhecimento da receita é efetuado à medida que as correspondentes despesas são incorridas.

19 Receitas de empresas beneficiadas

Nesta rubrica são registradas as receitas oriundas da prestação de serviços a terceiros, como treinamento, elaboração de projetos, consultoria, palestras, entre outros, conforme demonstrado:

	1º/4/2017 a 30/06/2017	1º/4/2016 a 30/06/2016	1º/1/2017 a 30/06/2017	1º/1/2016 a 30/06/2016
Consultoria	328	328	487	373
Feiras	56	36	71	49
Treinamentos	26	25	45	34
Palestras	3	22	3	22
EMPRETEC	23	17	35	34
Outras	9	36	11	37
Total	445	464	652	549

O que contribuiu para o aumento no período, foram as consultorias realizadas pelo produto Nacional SEBRAETEC, missões e locação de estandes para a Feira do Empreendedor.

20 Receitas de convênios, subvenções e auxílios financeiros

Nesta rubrica são registradas as receitas oriundas da utilização dos recursos recebidos de convênios firmados com o SEBRAE/NA e outras entidades, referente à execução de projetos pelo SEBRAE/AL.

	1º/4/2017 a 30/06/2017	1º/4/2016 a 30/06/2016	1º/1/2017 a 30/06/2017	1º/1/2016 a 30/06/2016
Convênio SEPLANDE/PAPL 01/2013	-	159	-	496
Convênio SEAGRI 06/2013	-	42	-	138
Convênio SEPLANDE/FIEA 06/2012	18	-	27	-
Convênio SINDIPAN	-	33	-	33
Total	18	234	27	667

A redução de 96% em relação a 2016 foi em virtude da menor realização da receita no período dos principais convênios: PAPL nº 01/13 cujo objeto é a operacionalização do programa de mobilização para o Desenvolvimento dos Arranjos e Território Produtivos Locais no Estado de Alagoas e encerramento do convênio SEAGRI nº 06/13 com objetivo geral de promover o desenvolvimento da pecuária leiteira, através de transferência de tecnologia em sistema intensivo de produção de leite, para os micro e pequenos produtores rurais do Estado de Alagoas.

21 Outras receitas operacionais

	1º/4/2017 a 30/06/2017	1º/4/2016 a 30/06/2016	1º/1/2017 a 30/06/2017	1º/1/2016 a 30/06/2016
Recuperação e restituições de convênios	4	-	4	-
Recuperação e restituições	57	30	57	30
Reversão de provisões (i)	32	631	40	923
Receitas exercícios anteriores (ii)	248	286	569	286
Alugueis	1	1	2	3
Outras	4	49	5	49
Variações monetárias ativas	1	-	1	-
Receitas na alienação de ativo imobilizado	-	-	9	-
Total	347	997	687	1.291

- (i) Em 2016 houve maior demanda de reversão de processos trabalhistas, fato não ocorrido em 2017, contribuindo para a redução no período.
- (ii) O aumento nessa rubrica foi decorrente do ajuste realizado de depreciações dos bens do ativo imobilizado contabilizados a maior em exercícios anteriores, cuja regularização ocorreu nesse período conforme parecer do núcleo de patrimônio e reversão do saldo da provisão da remuneração variável constituída em 2016, cujo cálculo utilizado foi o desempenho geral do SEBRAE/AL da equipe e individual, conforme SGP 7.0 aprovado pelo CDE que regulamenta seus percentuais para pagamento.

22 Despesas com pessoal, encargos e benefícios sociais

Nesta rubrica são registradas as despesas com salários, rescisões, adicionais e outros proventos, bem como encargos e benefícios relacionados à folha de pagamento.

	1º/4/2017 a 30/06/2017	1º/4/2016 a 30/06/2016	1º/1/2017 a 30/06/2017	1º/1/2016 a 30/06/2016
Salário e proventos	(2.615)	(2.549)	(5.028)	(4.823)
Encargos sociais	(978)	(952)	(1.852)	(1.815)
Benefícios Sociais	(903)	(869)	(1.816)	(1.777)
Férias	(273)	(276)	(597)	(557)
13º Salário	(215)	(206)	(431)	(411)
Outros gastos com pessoal	-	(12)	(40)	(49)
Total	(4.984)	(4.864)	(9.764)	(9.432)

23 Despesas com serviços profissionais e contratados

Nesta rubrica são registradas as despesas de serviços de terceiros (Pessoa Jurídica e Física) que compreendem a contratação de consultoria, instrutores e serviços técnicos especializados diversos para atender os projetos coletivos e individuais, apresentando variações normais de acordo com a demanda dos projetos. São considerados na rubrica os serviços de manutenção, segurança e limpeza e os encargos sociais s/ serviços prestados.

	1º/4/2017 a 30/06/2017	1º/4/2016 a 30/06/2016	1º/1/2017 a 30/06/2017	1º/1/2016 a 30/06/2016
Instrutoria e Consultoria (i)	(1.436)	(2.450)	(1.796)	(3.106)
Demais serviços contratados (ii)	(1.096)	(900)	(1.738)	(1.407)
Serviços técnicos e especializados (iii)	(342)	(805)	(634)	(1.401)
Manutenção, segurança e limpeza (iv)	(648)	(269)	(1.182)	(512)
Encargos sociais s/ serviços de terceiros	(1)	(5)	(2)	(13)
Total	(3.523)	(4.429)	(5.352)	(6.439)

- (i) Este grupo de despesas engloba os serviços prestados por empresas de consultorias e instrutorias credenciadas por editais. Os fatores que contribuíram para a redução foram: A atual conjuntura econômica do País, bem como as consultorias realizadas pelos colaboradores do núcleo de atendimento do SEBRAE/AL, colaborando para a redução de consultorias contratadas no período.
- (ii) Estas despesas estão relacionadas com organização e promoção de eventos, locação de mão de obra, bolsa auxílio de estagiários, e contrato de patrocínio. O aumento no período foi decorrente da contratação de empresa especializada para prestação de serviços de terceirização da Central de Atendimento do Sebrae/AL (CAS), incluindo os serviços de relacionamento com clientes receptivo e ativo, nas formas de atendimento eletrônico e humano, por meio telefônico ou digital.
- (iii) Este grupo de despesas está representado, substancialmente, por serviços prestados por empresas de advocacia, estudos, pesquisas e análises técnicas, produção e edição de materiais audiovisuais, entre outros. No período anterior houve contratação da empresa Instituto Ambiental Brasil Sustentável, especializada em desenvolvimento territorial/setorial com foco no setor produtivo, para atuação junto aos arranjos produtivos locais, visando o incremento da competitividade de ME, EPP e EI e execução de articulação institucional para a promoção do desenvolvimento sócio-econômico-ambiental de Alagoas, fato não ocorrido nesse período, contribuindo para a redução nessa rubrica.
- (iv) Estas despesas estão relacionadas com segurança, vigilância, limpeza, manutenção de equipamentos, instalações, veículos entre outros. O aumento no período foi decorrente dos seguintes fatores:

Serviço de portaria, objetivando uma maior segurança do patrimônio do Sebrae/AL;

Serviços de instalações de rede estruturada e lógica, instalações elétricas, retirada e colocação de novo forro em PVC, armação de perfis em colmeia, divisória, dry wall e serviços complementares na sede, escritórios regionais de Arapiraca, Penedo e Delmiro Gouveia, objetivando melhorar o funcionamento das instalações do SEBRAE/AL.

24 Custos e despesas com operacionalização

Neste grupo são registrados todos os gastos com aluguéis de equipamentos, veículos, imóveis, publicidade, espaços para feiras, serviços gráficos, materiais de consumo, passagens e transportes, diárias e hospedagem, referente aos diversos projetos da Entidade.

	1º/4/2017 a 30/06/2017	1º/4/2016 a 30/06/2016	1º/1/2017 a 30/06/2017	1º/1/2016 a 30/06/2016
Despesa de viagem (i)	(709)	(375)	(968)	(525)
Serviços gráficos e de reprodução	(201)	(208)	(325)	(313)
Demais custo e despesas gerais	(209)	(256)	(386)	(472)
Aluguéis e encargos	(155)	(151)	(236)	(228)
Divulgação, anúncios, publicidade e propaganda	(84)	(66)	(106)	(66)
Materiais de consumo	(149)	(125)	(254)	(209)
Serviço de comunicação em geral	(100)	(129)	(198)	(223)
Total	(1.607)	(1.310)	(2.473)	(2.036)

- (i) São registradas as despesas com viagens dos colaboradores relacionadas com as atividades desenvolvidas no SEBRAE/AL. O aumento em relação ao período anterior foi decorrente das principais viagens realizadas pelos colaboradores:

Danisson Luiz dos Santos – Participação no curso de formação de multiplicadores em Projeto de Extensão em Empreendedorismo Social e Negócios de Impacto Social, em Brasília no período de 31/01/2017 a 03/02/2017;

Participação na reunião dos gestores do desafio universitário empreendedor e acompanhamento da etapa nacional do referido desafio, em Brasília/DF no período de 07/04/2017 a 11/04/2017.

Agda Maria Bonfim de França - Acompanhar 6 empresários na Missão para a Feira Plástico Brasil que nasce para apresentar os últimos avanços tecnológicos e as principais tendências globais dos segmentos que envolvem a cadeia produtiva do plástico, no período de 21 a 24.03.2017 no São Paulo Expo (Expo Imigrantes);

Marly Conceição S. Silva e Walkíria Ramos da Rocha – Participação no IX Encontro de Auditores do Sistema Sebrae, no período de 20 a 23/03/2017 no SEBRAE/NA. Uma das principais atividades foi a capacitação da ferramenta TeamAudit via UCSebrae, onde possibilitará aos auditores a utilização da referida ferramenta para monitoramento dos Planos de Ações. Discussão sobre o Acórdão TCU 699 que trata sobre assuntos relacionados ao Portal da Transparência do Sistema SEBRAE; Auditoria de Compliance realizada pela empresa Deloitte; Relatório de Gestão; Auditoria Externa contratada para o exercício de 2017 para auditar as Demonstrações Contábeis e Financeiras; Atuação da Auditoria Interna e assuntos ligados à Secretaria de Controle Interno da Presidência da República - Ciset.

Willams Pereira Lopes – Considerando que houve alterações na metodologia da solução Comércio Brasil (Produto Nacional), o Sebrae/NA convidou todos os gestores estaduais da metodologia para participação na capacitação técnica em Brasília/DF, na sede da UCSebrae no período de 04 a 06/04/2017. Espera-se que a participação nesse repasse possa nivelar o entendimento da atuação do estado dentro do Sistema, de forma a contribuir diretamente para o fortalecimento da Rede Nacional Comércio Brasil.

Arestides Bezerra Minervino – Participação no Fórum de Lideranças do Sistema Sebrae 2017, no período de 15 a 19/05/2017 na Sede do Sebrae/NA, em Brasília/DF. O evento é dedicado ao alinhamento sobre diretrizes/estratégias e disseminação de conhecimentos relacionados aos desafios do Sistema SEBRAE.

25 Despesas com programas e convênios

Referem-se aos valores executados e comprovados, por meio de prestações de contas de parceiros, relativo a recursos de convênio, de acordo com a programação prevista no plano de trabalho do exercício.

	1º/4/2017 a 30/06/2017	1º/4/2016 a 30/06/2016	1º/1/2017 a 30/06/2017	1º/1/2016 a 30/06/2016
RMAL – Convênio 01/2014		(152)		(152)
FAPEC – Convênio 04/2014	(68)	-	(68)	-
FEJAL – Convênio 05/2014	(36)	-	(36)	-
Assoc. JR – Convênio 08/2014	-	(13)		(13)
SINDICER - Convênio 09/2014	-	(88)	(107)	(88)
FEDERALAGOAS - Convênio 05/2015	-	-	(140)	-
Movimento Alagoas Competitiva - Convênio 06/2015		-		(259)
SINDIPAN – Convênio 09/2015		(138)		(138)
IEL - Convênio 01/2016	-	-	(47)	-
Movimento Alagoas Competitiva - Convênio 02/2016	(87)	-	(194)	-
SINDICER - Convênio 05/2016	-	-	(29)	-
Total	(191)	(391)	(621)	(650)

26 Resultado financeiro líquido

A seguir apresentamos o resultado financeiro líquido referente aos períodos findos em 30 de junho de 2017 e 2016, das receitas e despesas financeiras decorrentes das aplicações dos recursos da entidade.

	1º/4/2017 a 30/06/2017	1º/4/2016 a 30/06/2016	1º/1/2017 a 30/06/2017	1º/1/2016 a 30/06/2016
Receitas financeiras				
Rendimentos recursos ordinários	265	308	445	492
Rendimentos recursos próprios	307	334	666	641
Subtotal	572	642	1.111	1.133
Despesas financeiras				
Despesas financeiras	(44)	(25)	(57)	(39)
Subtotal	(44)	(25)	(57)	(39)
Total receita financeira líquida	528	617	1.054	1.094

27 Benefícios a empregados pós-emprego

27.1 Descrição geral das características do plano

Conforme mencionado na nota explicativa nº 3.g, o plano SEBRAEPREV possui benefícios de risco que podem gerar ganhos ou perdas atuariais. O plano possui as seguintes características:

Os benefícios de contribuição definida assegurados pelo plano SEBRAEPREV são:

Aposentadoria normal;
Aposentadoria antecipada;
Aposentadoria por invalidez;
Pensão por morte;
Institutos de auto patrocínio, benefício proporcional diferido e portabilidade.

Os benefícios de risco assegurados pelo plano SEBRAEPREV aos seus participantes são:

Projeção de contribuição em caso de invalidez;
Projeção de contribuição em caso de morte.

O referido plano não inclui:

Benefícios de demissão;
Benefícios de longo prazo, que não sejam aposentadorias e pensões; e
Plano de assistência médica para empregados, ou participantes e assistidos.

Para se calcular os valores envolvidos, o SEBRAE/NA contrata anualmente, por ocasião do encerramento do exercício social empresa especializada para cálculo de possíveis obrigações atuariais a serem contabilizadas em suas demonstrações financeiras.

Observada a Avaliação Atuarial do exercício de 2016 em conformidade com o CPC 33 (R1) e verificada a inexistência de passivo atuarial, bem como de benefícios econômicos para o Patrocinador, não há reconhecimento de provisão de despesas nas demonstrações financeiras em 30 de junho de 2017.

28 Instrumentos financeiros - Gestão de riscos

Da mesma forma que em todos os outros negócios, a Entidade poderá estar exposta aos riscos que decorrem da utilização de instrumentos financeiros. Essa nota descreve os objetivos, políticas e processos da Entidade para a gestão desses riscos e os métodos utilizados para mensurá-los. Mais informações quantitativas em relação a esses riscos são apresentadas ao longo dessas demonstrações financeiras.

A Entidade poderá estar exposta, em virtude de suas atividades, aos seguintes riscos financeiros:

Risco de crédito;
Risco de liquidez; e
Risco de mercado (taxa de juros).

Não houve nenhuma alteração substancial na exposição aos riscos de instrumentos financeiros da Entidade, seus objetivos, políticas e processos para a gestão desses riscos ou os métodos utilizados para mensurá-los a partir de períodos anteriores, a menos que especificado o contrário nesta nota.

Principais instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros utilizados pela Entidade, dos quais surgem os riscos de instrumentos financeiros, são os seguintes:

Caixa e equivalentes de caixa (inclui: caixa, contas bancárias e aplicações em fundos de investimento);
Contas a receber;
Contas bancárias e aplicações vinculadas a programas especiais;
Contas a pagar a fornecedores e outras.

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Entidade incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente de instrumentos financeiros ativos. O risco de crédito para a Entidade surge preponderantemente das disponibilidades decorrentes de depósitos em bancos e aplicações financeiras em fundos de investimentos financeiros administrados pelo Banco do Brasil S.A. ou Caixa Econômica Federal. A Entidade julga que o risco de crédito é mitigado em razão da qualidade das instituições financeiras depositárias e pelo tipo de papel aplicado pelos fundos de investimento que são representados relevantemente por títulos públicos federais. Outros recebíveis são decorrentes de transação com o próprio Sistema SEBRAE, cujo risco de crédito é praticamente nulo.

A Entidade não contrata instrumentos financeiros derivativos para gerenciar o risco de crédito.

Exposição a risco de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	Nota	30/06/2017	31/12/2016
Caixa e equivalentes de caixa	4	14.878	17.919
Aplicações financeiras	5	1.683	1.572
Valores a receber	6	345	347
Numerários vinculados a convênios e programas	7	9.159	447
Adiantamentos concedidos		725	506
Créditos com o Sistema SEBRAE	8	3.176	2.367
Transações com convênios a executar	9	1.919	1.797
Outros créditos	10	771	885
Total		32.656	25.840

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Entidade irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Entidade na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Entidade.

Em 30 de junho de 2017, o fluxo de pagamentos para os passivos financeiros da Entidade é apresentado a seguir (valores contábeis):

Passivos financeiros	Valor em 30/06/2017	Até 6 meses	1 ano	Mais de 1 ano
Benefícios a empregados de curto prazo e obrigações fiscais	671	671	-	-
Obrigações com convênios e contratos	541	-	541	-
Contas a pagar a fornecedores e outros	749	683	66	-
Obrigações trabalhistas	2.047	-	2.047	-
Obrigações com o Sistema SEBRAE (CP+LP)	9.532	-	9.431	101
Total	13.540	1.354	12.085	101

Em 30 de junho de 2017, não há inadimplência de pagamento de obrigações pela Entidade.

Risco de mercado (taxa de juros)

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Entidade vir a sofrer perdas (ou ganhos) por conta de flutuações nas taxas de juros que são aplicadas aos seus passivos e ativos captados (aplicados) no mercado. Os instrumentos financeiros sujeitos ao risco de mercado estão representados, relevantemente, pelos papéis aplicados por meio de fundos de investimento administrados pelo Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal.

Conforme comentado na Nota Explicativa nº 4, as aplicações por meio dos fundos de investimento são relevantemente efetuadas em títulos públicos federais, cuja volatilidade dos indexadores vinculados é baixa.

Adicionalmente, para a gestão dos investimentos financeiros, o Sistema SEBRAE por meio do SEBRAE Nacional possui contrato de prestação de serviços com consultoria técnica externa que efetua acompanhamento periódico do comportamento dos títulos e valores mobiliários constantes nas carteiras dos fundos de investimentos, bem como da rentabilidade auferida mensalmente em comparação com os principais indicadores financeiros de mercado.

A Entidade não tem operações atreladas à variação da taxa de câmbio.

MARCOS ANTONIO DA ROCHA VIEIRA
DIRETOR SUPERINTENDENTE

RONALDO DE MORAES E SILVA
DIRETOR TÉCNICO

JOSÉ ROBERVAL CABRAL DA SILVA GOMES
DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS


ROSINEIDE DOS SANTOS SILVA
CONTADORA - CRC/AL - 006941/O-1